



Chamada da Sociedade Civil por um Futuro Justo e Sustentável

Documento de Posição do FIP sobre a Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015

Introdução

O Fórum Internacional de Plataformas de ONGs (FIP) reúne 55 plataformas nacionais de ONGs e 7 coalizões regionais. O FIP é uma rede representante de Plataformas Nacionais de ONGs (PFNs) e coalizões regionais de ONGs que atuam em nível nacional para contribuir para o desenvolvimento, a paz e a justiça no mundo. Seu intuito é criar condições para o envolvimento efetivo de ONGs na governança global para que possam exercer influência nas negociações internacionais que discutem desenvolvimento, direitos humanos e solidariedade internacional. Atualmente, membros do FIP estão envolvidos no debate sobre a agenda pós-2015; as plataformas do FIP, presentes em todo os quatro continentes, participam ativamente do processo de consultas nacionais com a campanha Beyond 2015 e a GCAP. Graças à dedicação de todos os nossos membros e a parceria com a Beyond 2015 e a Global Call to Action Against Poverty (GCAP), essa iniciativa ambiciosa e importante se tornou possível e com satisfação apresentamos este documento de capitalização das posições do Conselho do FIP para uma agenda pós-2015 inclusiva e universal.

Nos juntamos à Beyond 2015 e à GCAP para atingir os seguintes objetivos:

- A luta contra a desigualdade (principalmente desigualdades sociais e regionais, e relacionadas a gênero)
- Sustentabilidade ambiental
- Defesa dos Direitos Humanos
- Erradicação da Pobreza e da Fome
- Promoção da Democracia e da Justiça

Assim como a Beyond 2015 e a GCAP, defendemos uma abordagem ao desenvolvimento holística, inclusiva e centrada nos direitos humanos. Desde o início do milênio, há um avanço inegável no que diz respeito aos ODM, mas a situação mundial mudou profundamente e é caracterizada pela desordem geopolítica; por crises alimentícias, sociais, econômicas, financeiras e ambientais; e pela crescente urbanização. Uma das características históricas do nosso tempo é o aumento sem precedentes da desigualdade entre os países, e também dentro deles, além do crescente enriquecimento de um grupo restrito de atores econômicos e financeiros. Ademais, há os efeitos devastadores sobre o meio ambiente, especialmente sobre as pessoas do sul global, de um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração dos recursos naturais, na poluição das nossas águas, dos nossos mares e oceanos, do nosso solo e de nosso ar. Esse modelo de desenvolvimento tem permitido a atitude coletivamente irresponsável dos atores globalizados em relação aos direitos humanos com não cumprimento das leis dos países e a não adaptação das leis da globalização. Por



isso é necessário repensar o paradigma de desenvolvimento, de modo que ele não esteja apenas relacionado à ideia de crescimento econômico, mas também em sintonia com uma abordagem que una desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza e redução das desigualdades. O FIP recebeu com interesse a publicação do relatório do Painel de Alto Nível sobre a Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015 da ONU, no dia 30 de maio. O documento estabeleceu respostas para muitas das questões destacadas pelas organizações da sociedade civil. O relatório leva em conta a importância de darmos fim à pobreza e de não deixar ninguém para trás – dessa forma reconhecendo os limites dos ODM – e também de vivermos em um mundo de paz, onde há instituições estáveis. A importância da inclusão do desenvolvimento sustentável na política de desenvolvimento está bem representada no relatório, bem como os princípios da responsabilidade comum, mas diferenciada, para o alcance dos objetivos em uma nova parceria global. Lamentamos, no entanto, que as metas não sejam tão ambiciosas quanto o texto e que, embora o relatório mencione a necessidade de mudanças na ordem vigente, ele mantém, no geral, um tom liberal. O relatório é centrado na ideia de desenvolvimento aliado ao crescimento econômico e, embora mencione a abordagem baseada nos direitos, ela não ocupa um lugar fundamental entre os objetivos.

1. Um marco de apoio aos objetivos pós-2015

Este marco preliminar é composto pelas condições *sine qua non* para o sucesso dos objetivos pós-2015. Um contexto de paz, o financiamento eficiente para o desenvolvimento, políticas consistentes e um ambiente favorável para as OSCs permitirá o estabelecimento do contexto necessário para a realização dos objetivos de erradicação da pobreza, redução das desigualdades e respeito ao meio-ambiente.

- *Um mundo pacífico e seguro*

Sem uma conjuntura que permita que os pobres atinjam plenamente seu potencial para saírem da pobreza e viverem em um ambiente saudável, os objetivos pós-2015 não serão atingidos. Nenhum direito econômico e social pode ser realizado sem o direito de viver em um mundo de paz, segurança, justiça e igualdade. Uma educação cívica e apolítica para a prevenção e a resolução de conflitos, bem como o estabelecimento de trocas construtivas entre atores internacionais é um passo crucial para a realização desses direitos. **Todos devem ter a oportunidade de viver em um ambiente político estável, transparente e participativo, onde existe um verdadeiro diálogo social.** Corrupção, falta de transparência e a inobservância às regras democráticas são os fatores que mantêm as pessoas vivendo na pobreza.

- *Uma abordagem reformulada de financiamento para o desenvolvimento*

A base para um financiamento estável do desenvolvimento passa por um sistema tributário justo. Porém, atualmente estamos diante de uma significativa falta de regulação das operações financeiras, bem como, em muitos Estados, de frágeis sistemas fiscais. Estima-se que haja um total de 20.000 bilhões de dólares escondidos em paraísos fiscais. Portanto, é fundamental que os sistemas globais de tributação sejam fortalecidos, bem como a cooperação nacional, para pôr fim à evasão fiscal e abrir uma nova fonte de financiamento global para o desenvolvimento. A taxa Tobin sobre transações financeiras é uma das fontes de financiamento inovadoras que, um vez posta em prática, irá reforçar a estabilidade e a visibilidade do financiamento do marco pós-2015. O relatório



do Painel de Alto Nível sobre o período pós-2015 menciona fontes de mecanismos inovadores de financiamento, além de destacar a importância da troca de informações sobre fluxos monetários.

- *Coerência Política*

A ajuda internacional não pode, sozinha, reduzir a pobreza. A coerência das políticas a serviço do desenvolvimento é essencial para a realização dos objetivos da próxima agenda e abrange várias dimensões: as medidas tomadas no campo da cooperação e do desenvolvimento; as normas dos Estados doadores, entre sua política de ajuda e outras políticas; entre os diferentes doadores; e também entre doadores e países que recebem ajuda em questões como comércio, migração, saúde, agricultura, meio ambiente, etc. Para isso, é necessária uma verdadeira vontade política para a criação de políticas coerentes e para a melhoria da comunicação entre os diferentes atores do desenvolvimento, e também para um mecanismo de monitoramento aperfeiçoado. A coerência política é um vetor essencial para o desenvolvimento a longo prazo. É necessária uma comprometida mobilização de governos e *stakeholders* do desenvolvimento em relação aos conceitos de prestação de contas e transparência, assim como o envolvimento geral de todos os *stakeholders* rumo à ruptura da dicotomia histórica entre o 'sul global' e o 'norte global'. A coerência política não recebe o destaque que deveria receber no relatório do Painel de Alto Nível, apesar de estar entre os fatores mais determinantes para o sucesso dos objetivos.

- *Um ambiente favorável para as organizações da sociedade civil*

Organizações da sociedade civil têm um papel central no espaço democrático e na implantação prática dos objetivos futuros. A OSCs são garantidoras da democracia e um lugar legítimo deve ser reservado a elas no diálogo social. Seu envolvimento direto nas estratégias de desenvolvimento é a chave para o sucesso das políticas públicas. No entanto, em muitas partes do mundo, seu espaço de expressão e intervenção é restrito. Sendo assim, é preciso mudar a percepção que os governos têm das OSCs e que as OSCs têm dos governos. Os governos precisam estar cientes dos benefícios trazidos pelo envolvimento estreito da sociedade civil na definição, implantação e monitoramento das prioridades e ações com impactos sociais, tanto na definição da agenda como na realização dos objetivos no futuro. Para que seja criado um melhor diálogo cidadão-governo, um cenário democrático positivo e maior transparência do poder público, as OSCs devem ser vistas como parceiras, e não concorrentes, do poder público. Além, disso, é necessário um mecanismo de compartilhamento de informações permanente entre OSCs, pois ajudaria a criar sinergia e a compartilhar aprendizados e competências. No entanto, quando o relatório do Painel de Alto Nível menciona a necessidade de um ambiente favorável, ele só diz respeito às empresas. É essencial que esse marco conceitual de ambiente favorável seja expandido e inclua as organizações da sociedade civil no mesmo patamar.

2. Os princípios-chave da agenda pós-2015

2.1. Redução da desigualdade e erradicação da pobreza

Assim como a Beyond 2015 e a GCAP, acreditamos que a pobreza não seja apenas um indicador monetário, mas que abranja uma realidade multidimensional; portanto, devemos agir não só em relação às suas consequências, mas também às suas causas estruturais. Nossos membros concordam



que a desigualdade vem aumentando drasticamente desde o início do milênio como consequência da crescente marginalização de certos grupos nas diferentes sociedades, o que faz com essa parte da população caia cada vez mais profundamente no círculo vicioso da pobreza. Atualmente, 10% dos habitantes mais ricos de nosso planeta possui 83% da riqueza do mundo; enquanto que a metade mais pobre da população mundial possui apenas 1%. **O avanço das políticas de luta contra a pobreza é inegável, mas agora é necessário que mais um passo seja dado: enfatizar a redução da desigualdade que afeta todas as regiões do mundo.**

- *Uma abordagem de desenvolvimento baseada nos direitos*

Apoiamos a GCAP e a Beyond 2015 na defesa de uma abordagem de desenvolvimento baseada nos direitos. Algumas melhorias relativas ao acesso aos serviços de saúde e à educação foram realizadas por causa dos ODM. No entanto, devemos questionar a qualidade desses serviços e sua acessibilidade enquanto direito e não privilégio. Como observou a GCAP, é necessário que os direitos básicos sejam exercidos em todo o mundo. **O acesso à saúde e à educação de qualidade vai reduzir a distância entre ricos e pobres.** Da mesma forma, todos os cidadãos devem ter o direito a uma proteção social mínima para que sua integridade seja preservada ao longo de sua existência. O Estado deve ser um órgão com uma função verdadeiramente redistribuidora com base em um sistema fiscal sólido que garanta a redução das desigualdades

- *A participação dos cidadãos e a luta contra todas as formas de discriminação*

O FIP, portanto, considera fundamental que as políticas de desenvolvimento sejam baseadas na luta contra todas as atuais formas de discriminação por meio da inclusão do maior número possível de cidadãos no debate político, dando a eles visibilidade e meios de serem ouvidos e defender seus direitos para melhorar sua condição de vida material e humana, e viver em segurança sem temer por sua integridade física e moral. **É essencial promover o valor da diversidade humana e da afirmação das diferenças como um mecanismo para a redução da pobreza e da desigualdade.** Não só as diferenças de gênero, mas também étnicas e raciais, devem ser reconhecidas e entendidas como fatores que moldam e determinam as desigualdades historicamente existentes nas sociedades contemporâneas. A luta contra o racismo e o sexismo deve ser estendida às instituições e aos serviços públicos e, assim, ajudar a estimular a participação de grupos populacionais historicamente excluídos das áreas de poder para o exercício de seus direitos. As mulheres devem ter acesso a estruturas econômicas, políticas e sociais, sem discriminação de gênero. Os objetivos pós-2015 devem levar em conta a disparidade salarial entre homens e mulheres, além dos problemas enfrentados pelas mulheres no acesso ao trabalho. A violência contra a mulher ainda acontece em todo o mundo e medidas devem ser tomadas a fim de garantir o respeito e a promoção dos direitos das mulheres e meninas à saúde e à segurança. De forma mais abrangente, as crianças, as minorias e as pessoas portadores de necessidades especiais devem ser integradas à dinâmica nacional a fim de realizar seu pleno potencial e contribuir para o desenvolvimento do seu país

- *Acesso ao trabalho decente*

O desemprego é um problema universal, principalmente desde o início da crise econômica, que vem aumentando ainda mais as desigualdades. O acesso ao trabalho decente é um fator que permite que as pessoas saiam da pobreza e se beneficiem de melhores condições de vida. O acesso às oportunidades de trabalho deve ser o mesmo para todos e uma reflexão estratégica país a país deve



ser realizada para que a força de trabalho e, principalmente, os jovens possam ter acesso ao emprego. Devido ao papel fundamental da juventude, os objetivos futuros deverão levar em conta as possibilidades do mercado de trabalho e de crescimento dos jovens. **Posto que os atuais Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento focam na educação básica, os futuros objetivos devem se concentrar na educação secundária e no emprego pós-período escolar – também na Europa.** Todos devem ter a possibilidade de ter um trabalho relevante em que se possa usar as habilidades adequadas aprendidas no período escolar. O emprego para a juventude deve ser entendido de maneira mais ampla: não apenas focado na questão do treinamento vocacional, mas também incluindo, por exemplo, treinamento sobre como se candidatar a uma vaga; além disso, deve ser medido pelo número de jovens empregados e não pelo número de jovens com educação formal. Deverá ser dada especial atenção às mulheres no mercado de trabalho e ao seu papel abrangente na vida profissional. Os resultados da inserção das mulheres no mercado de trabalho podem ser vistos rapidamente e criam muitas vezes um ciclo positivo (impacto multiplicador nas famílias, influência no tamanho da família, saúde reprodutiva etc.).

2.2. Rumo a um novo paradigma de desenvolvimento, a relação entre os ODM e os ODS

- *Um modo de consumo que leve em conta a finitude dos recursos naturais*

As desigualdades também se manifestam na fragilidade às alterações climáticas e no acesso desigual aos recursos naturais. As pessoas pobres que vivem em áreas rurais são as mais vulneráveis às alterações climáticas devido à sua maior dependência dos recursos naturais. Nosso padrão de consumo exerce uma pressão crescente sobre os recursos hídricos, a fertilidade do solo, superfícies florestais, etc., o que expõe ainda mais grupos já vulneráveis ao clima e aos riscos econômicos. E isso só tende a aumentar com a atual dinâmica de crescimento populacional. É por isso que o desenvolvimento sustentável deve ocupar uma posição central na próxima agenda para incentivar os governos, as empresas e os cidadãos a repensar a maneira como produzem e consomem; apoiamos o foco dado pelo relatório do Painel de Alto Nível a esse grande desafio do século 21.

- *Compromisso com a luta contra a mudança climática*

A mudança climática é um tema fundamental que pesa sobre o futuro do planeta e de seus habitantes. A situação é alarmante em relação aos impactos das mudanças climáticas e dos grandes eventos climáticos dela resultantes (aumento do nível do mar, maremotos, etc.). Essa vulnerabilidade se manifesta não apenas em danos materiais, mas pode ser traduzida em insegurança alimentar, a migração forçada e deslocamento, perda da cultura nativa, colapso das economias, etc. No entanto, as negociações climáticas estão desacelerando e as políticas estabelecidas não estão adotando compromissos significativos, imediatos e obrigatórios. Além disso, paralelamente à crise financeira mundial e seus efeitos sobre emprego e renda, há uma redução do interesse da opinião pública mundial e da mídia - e, conseqüentemente, dos governos - pela mudança climática. Energia renovável deve gradativamente substituir os combustíveis fósseis e o acesso à energia limpa e renovável deve ser garantido às pessoas que vivem em situação de pobreza. As nações mais ricas devem começar a por em prática os atuais acordos ligados ao financiamento da mudança climática e liderar o caminho para o desenvolvimento sem carbono em suas sociedades.



- *Uma responsabilidade comum, mas diferenciada*

O paradigma de desenvolvimento deve ser reformulado para que as políticas de desenvolvimento humano funcionem sistematicamente em sinergia com as do desenvolvimento sustentável, a fim de realizar a transição ecológica e social. **Para que a proteção ao meio ambiente se torne uma realidade, os ODS devem ser adotados em nível mundial e a gestão dos recursos deve ser baseada nos princípios de transparência e responsabilidade nos níveis nacional e global, incluindo a partilha equitativa das responsabilidades.** É fundamental que os maiores poluidores do planeta prestem contas à sociedade e que sejam tomadas medidas para impedir o comportamento irresponsável em relação ao planeta e seus habitantes. O consumo dos recursos naturais deve ser reduzido levando em conta os limites ecológicos do nosso planeta. Os meios para alcançar esses objetivos devem ser comuns, porém diferenciados conforme o contexto de cada país.

- *Erradicação da fome e apoio aos pequenos agricultores*

As condições de vida dos pequenos agricultores estão intimamente ligadas à evolução das alterações climáticas e à marginalização de certos grupos dentro da sociedade, o que ilustra a interligação das questões relacionadas à pobreza e a necessidade de se agir sobre as causas que a determinam. A pobreza é predominantemente rural, e a falta de sofisticação técnica na agricultura é evidente. Por não oferecer oportunidade de sucesso econômico, a agricultura está sendo abandonado pelos jovens - que estão mais interessados em se mudar para áreas urbanas a fim de encontrar melhores oportunidades para uma vida bem-sucedida. A desigualdade no acesso à posse de terras associada à falta de acesso ao crédito, à falta de treinamento e à falta de seguro são as causas da pobreza entre as pequenas estruturas familiares. Cinco são as principais ameaças à alimentação adequada que enfrentamos atualmente: o alto custo dos alimentos, o alto custo dos insumos de produção, a grilagem de terras e a concentração dos recursos hídricos, que é agravada pelos efeitos da mudança climática. Esses fenômenos são repetidamente observados por organizações de agricultores, agências de cooperação, ONGs e governos. No entanto, as lideranças mundiais não têm sido capazes, até agora, de tomar medidas eficazes para garantir o direito a uma alimentação saudável. Precisamos de um acordo global para apoiar a pequena agricultora familiar, reconhecendo que é essa a principal fonte de produção de alimentos (de acordo com a FAO), além de promover um sistema de produção agrícola que não represente uma ameaça à natureza, o que envolve a promoção de um modelo agroecológico, um processo que deve ser realizado nos próximos 30 anos.

- *A luta contra a especulação nos mercados agrícolas*

Os pequenos agricultores devem ser capazes de atender às suas necessidades para que não fiquem vulneráveis às flutuações do mercado. A especulação nos mercados agrícolas representa uma ameaça à segurança alimentar em países que já sofrem de uma crescente dependência de importações que, por sua vez, é agravada pelos novos hábitos alimentares que não valorizam a biodiversidade da produção nacional. A segurança alimentar é um direito fundamental no qual nós temos de insistir. Essa medida é fundamental para se evitar graves crises alimentares e problemas de desnutrição crônica que afetam determinadas populações. **Alimentos não devem ser incluídos nas bolsas de valores, a concepção de terra, água e alimentos como bens comercializáveis sem levar em consideração aspectos culturais, éticos ou humanitários deve ser proibida.** A agricultura deve ser dedicada à produção de alimentos. O FIP se posiciona para garantir que a luta contra o confisco de terras e a especulação de cereais seja incluída na próxima agenda.



3. Recomendações do FIP

- A luta contra a desigualdade é uma grande preocupação da humanidade. Associada a uma abordagem de desenvolvimento com base nos direitos, permitirá que todos realizem plenamente o seu potencial, sem deixar ninguém para trás.
- O desenvolvimento pós-2015 estará de acordo com os limites de nosso planeta e em harmonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O compromisso de uma ampla gama de atores e os princípios da prestação de contas irão combater os efeitos da mudança climática, cujas consequências prejudicam principalmente as populações mais vulneráveis.
- O apoio à pequena propriedade irá garantir a segurança alimentar das pessoas mais vulneráveis e irá oferecer geração de renda aos agricultores, a fim de ajudá-los a sair da pobreza. O FIP também se posiciona contra a especulação nos mercados agrícolas, especialmente de cereais.
- A sociedade civil é um dos garantidores de nossa democracia. A promoção de um ambiente favorável em todo o mundo irá contribuir para o estabelecimento de uma situação democrática estável e construtiva. As organizações da sociedade civil devem ser incluídas na definição, implantação e monitoramento de projetos sociais e ambientais; indicadores também devem ser desenvolvidos por meio de processo de consulta à sociedade civil.

4. Conclusão

Desde 2008, o FIP vem se comprometendo com a promoção de temas de interesse público, como a luta contra as desigualdades, a regulação dos mercados agrícolas e a luta contra as alterações climáticas. Esse compromisso resultou em vários posicionamentos públicos em nível internacional. O FIP se posiciona para que essas questões sejam apresentadas na agenda pós-2015. A realização desses exercícios de diplomacia não-governamental resultou na produção de diversos documentos sobre temas cruciais (análises e documentos de posição) além da integração no processo de governança global; isso permitiu o fortalecimento da cooperação entre os atores da sociedade civil em relação esses temas, cujo reflexo é visto no trabalho feito hoje pela Beyond 2015 e pela GCAP. Atualmente, vivemos um momento de grande importância para o futuro da humanidade e do planeta. A agenda futura pode ir ainda mais além em suas propostas de transformação social, econômica e ambiental, e ser o reflexo das ambições de uma sociedade que pede melhorias profundas para as futuras gerações. Trata-se de uma oportunidade única que deve ser aproveitada para contribuir com uma profunda transformação do nosso sistema econômico, social e ambiental, para que os cidadãos possam reconhecer-se na nova agenda e continuar a participar da construção de sociedades justas, que respeitem o meio ambiente. A energia que nos une em torno dessa nova agenda confirma a importância da cooperação global para além de 2015.



Lista de deliberações nacionais consideradas:

- África:**
- Burkina Faso – SPONG (Secrétariat permanent des ONG du Burkina-Faso)**
« Focus Group Report, 27 February 2013. »
http://www.spong.bf/IMG/pdf/MDGs_report_final_version.pdf
- Mali – FECONG (Fédération des collectifs d'ONG du Mali)**
« Preparatory Workshop of the CSOs for the validation of their vision and their contribution to recovery and sustainable development in Mali »
- Marrocos – Espace Associatif**
« Priorities for the post-2015 Development. Moroccans express themselves on « the world we want » »
<http://www.espace-associatif.ma/Consultation-Nationale-Le-nouveau>
- Nigéria – NNNGO (Nigeria Network of NGOs)**
« GCAP Nigeria Declaration on the Post-2015 Development Agenda »
<http://gcapnigeria.org/blog/?p=1#more-1>
- RDC – CNONGD (Conseil national des ONG de développement)**
« DRC Civil Society Staete on the workshop on reflexion on the National Consultations on the accelration of the process of implementation of the Millenium Development Goals and the world construction of the post-2015 development Agenda »
<http://www.beyond2015.org/sites/default/files/RAPPORT.pdf>
- Latin America:**
- Bolivia – Unitas (Red Unitas)**
« Poverly and ways to change: visions for the subjects »
<http://www.redunitas.org/boliviaodm2015/>
- Brasil – ABONG (Associação Brasileira de ONGs)**
« Relatório Final: O mundo que queremos pós-2015 »
<http://www.abong.org.br/final/download/posen.pdf>
- Colômbia – CCONG (Confederación Colombiana de ONG)**
« CSO's National Deliberations on a post-2015 development framework Beyond 2015/GCAP »
<http://2doc.net/uqb8g>
- Guatemala – CONGCOOP (Coordinación de ONG y Cooperativas)**
« The Millenium Objectives and the post-2015 Agenda »
<http://2doc.net/n8dna>



- Peru – ANC (Asociación Nacional de Centros)**
«CSOs declaration on the post-2015 Development Agenda in Peru»
<http://www.beyond2015.org/sites/default/files/Report%20ENG.pdf>
- Ásia:**
- Índia – VANI (Voluntary Action Network India)**
«Civil society engagement with the post-2015 agenda»
<http://2doc.net/npwai>
- Indonésia – INFID (International NGO Forum on Indonesian Development)**
«National Civil Society Consultation on post-2015 development agenda: toward inclusive, Just and Sustainable Development»
<http://www.beyond2015.org/sites/default/files/Summary.pdf>
- Nepal – NFN (NGO Federation of Nepal)**
«Outcomes of Civil Society Consultations in Nepal»
http://www.ngofederation.org/images/stories/publications/Post2015_Outcome_Report.pdf
- Europa:**
- Beyond 2015 - European Task-Force**
« Putting People and Planet First – Business as Usual is not an Option »
<http://2doc.net/jq9io>
- França – Coordination SUD (Solidarité Urgence Développement)**
« Propositions for a common pour un socle commun de principes dans le cadre des réflexions post-2015 »
<http://www.coordinationsud.org/wp-content/uploads/Socle-commun-AMCP-EN.pdf>
- Países Baixos – Partos (Partos Internationaal Samenwerken)**
« Through the Looking Glass. Recommendations on the post-2015 Agenda from the Dutch Civil Society working in International Cooperation»
[https://partos.nl/system/files/ckeditor/files/130322%20Dutch%20Civil%20Society%20consultation%20on%20the%20Post%202015%20agenda\(1\).pdf](https://partos.nl/system/files/ckeditor/files/130322%20Dutch%20Civil%20Society%20consultation%20on%20the%20Post%202015%20agenda(1).pdf)